

Editorial

Centenário de nascimento de Paulo Freire: mola propulsora de transformação da EJA em tempos de crise

Esta edição de número 18, respectiva ao segundo semestre de 2021, traz em sua capa a imagem do educador que transformou a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, marcando nossa história de maneira tão significativa que, ao se falar de EJA, é impreterível se falar de Paulo Freire. Como já destacara Dantas Júnior (2021), Freire, nos tempos atuais, é “mais do que nunca, incontornável e imprescindível”.

A proposta da nossa revista está voltada à EJA, em suas múltiplas dimensões, de modo que, neste segundo semestre de 2021, não poderíamos deixar de homenagear o centenário de nascimento de Paulo Freire, que se deu em 19 de setembro de 2021. São 100 anos do nascimento do educador que se tornou um divisor de águas nessa modalidade de ensino no Brasil (assim como se constitui referência internacional na área de educação).

Assim, queremos permear nossa elucubração reflexiva do editorial deste número com as palavras sábias do exímio e exemplar professor em entrevista feita no ano de 1993, pela Professora Nilcéa Lemos Pelandré, a qual foi republicada na nossa revista “EJA em Debate” em 2014. Naquela ocasião, foi lançado um número especial sobre Paulo Freire, contando com artigos diversos que focalizavam a educação freiriana. Na entrevista, Freire fez críticas à educação reacionária imposta por algumas figuras políticas da época e argumentava em defesa de uma alfabetização de caráter progressista, ressaltando sua proposta enquanto Secretário da Educação na cidade de São Paulo no final da década de 1980 a início da década de 1990.

Não apenas nesta entrevista, mas em toda a obra de Paulo Freire, é possível perceber o compromisso com a criticidade e a denúncia em situações de opressão (FREIRE, 1987), em prol de uma educação libertária (FREIRE, 1987). Não à toa, seu ímpeto de “tocar nas feridas” purulentas de nosso Brasil, incomodou os poderosos, que o prenderam e o exilaram na época da ditadura. Ainda hoje, apesar de seus títulos de *honoris causa*, de seu reconhecimento internacional e de sua nítida contribuição para a educação de jovens e adultos, vertentes reacionárias insistem em difamar seu nome, tentando, a todo custo, retirar seu título de Patrono da educação no Brasil – honra promulgada pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 13 de abril de 2012, mediante a Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012.

O que incomoda os sujeitos que tentam apagar a história de Paulo Freire é justamente a sua visão (com olhos muito abertos) do viés político inescapável da educação (sobretudo no que se refere à EJA). Conforme Freire, “ensinar exige

reconhecer que a educação é ideológica” (FREIRE, 1996). Nesse mesmo viés, ele aponta que:

[...] a curiosidade não é gratuita, a curiosidade não é neutra. O conhecimento a que esta curiosidade nos leva compromete a base de uma opção, de um sonho, de uma utopia que são políticos. **Então nunca houve uma educação neutra. A educação é uma prática política.** (FREIRE, 2014 [1993], p. 13, grifos nossos).

Nesse sentido, a consciência política que o educador essencialmente freiriano deve apresentar é pautada numa criticidade inexorável, e isso se estende não somente ao contexto social no qual se insere, mas também em relação a si mesmo e à sua prática educativa.

Levando em consideração esse preceito básico freiriano, bem como as obras do referido educador, que teceu críticas constantes à educação bancária e à política (neo)liberal, circunscrevemos os seguintes questionamentos:

(i) Como Paulo Freire se posicionaria diante de um cenário de crise como estamos vivendo hoje, em decorrência da pandemia de COVID-19?

(ii) O que diria Paulo Freire sobre o modo como nossos representantes políticos implantaram a educação remota nos mais diversos cantos do Brasil?

(iii) Como pensar e repensar nossas práticas pedagógicas na EJA em tempos de crise?

Acreditamos que essas questões não podem passar despercebidas ao professor que se propõe uma educação reflexiva, ou, como o próprio Paulo Freire cunhou, uma “dodiscência” (FREIRE, 1996), isto é, a docência que se propõe também a ser discência, em constante aprendizado. Neste segundo semestre de 2021, nossa revista honradamente traz textos que contribuem (em peso) aos dodiscentes-leitores desta publicação periódica voltada à Educação de Jovens e Adultos.

Este já é o terceiro número da revista marcado pela pandemia da COVID-19, mas é a primeira edição na qual temos frutos de pesquisas respectivas ao período de pandemia, momento que foi classificado por alguns autores como um “tempo de crise”, expressão à qual aderimos (inclusive no título deste editorial), porque concordamos com tal definição. Enfim, esta edição da “EJA em Debate” está composta por textos que temos o prazer de apresentar.

Abrindo a revista, a seção de “Teorias e Práticas Pedagógicas” conta com o relato de experiência dos autores João Carlos de Oliveira (UFU) e Nubia Aparecida Martins Soares (EEU/MUSEU), intitulado “A educação de jovens e adultos na modalidade técnica integrada ao ensino médio (PROEJA) em Meio Ambiente: conquistas e desafios em aprendizagens significativas”. Neste texto, são apresentadas práticas educativas com estudantes do Ensino Médio do Curso Técnico em Meio Ambiente da Escola Técnica de Saúde (ESTES) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que estudam na Escola Estadual de Uberlândia – MG, na modalidade Educação Profissional Integrada à Educação Básica – Educação de

Jovens e Adultos (PROEJA – Meio Ambiente). Baseada no Modelo Andragógico, a metodologia de pesquisa evidenciou que os procedimentos de ensino-aprendizagem podem adestrar e/ou libertar os educandos dentro ou fora das escolas. Assim, os autores concluem que não se pode ignorar o grau de dificuldades de aprendizagens e o caráter ideológico dos conteúdos, de modo a ressignificar a educação de modo a “diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz”, (FREIRE, 2003, p. 61).

Já a seção de “Formação de professores”, apresenta, nesta ordem, um artigo original e um ensaio dissertativo. O artigo “Subjetividades do vir a ser docente em uma prática enquanto componente curricular (PECC) do IFFAR: a docência na EJA – EPT (PROEJA)”, das autoras Maria Cristina Pansera-de-Araújo (UNIJUI), Cátia Keske (IFFar) e Daniela Carolina Ernst (USP), aborda uma das práticas profissionais dos Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e em Química do Instituto Federal Farroupilha, mapeando, por meio de Cartografia, diferentes movimentos de compreensões em escritas de sujeitos em vir a ser docente sobre ou a partir de sua experiência em uma Prática enquanto Componente Curricular (PeCC), voltada à EJA – EPT. Baseadas em Freire (2009), tratam do “puro ativismo”, da prática pela prática, que desconsidera as vivências constitutivas do público jovem e adulto, questão que é destacada pelos sujeitos que constituem esta pesquisa. Ao final do estudo, as autoras identificam três linhas cartográficas: (i) postura de recusa à concepção tradicional de currículo; (ii) reconhecimento de especificidades dos processos de ensino e aprendizagem de jovens e adultos no contexto da educação profissional; e (iii) dificuldade de reconhecer e anunciar a teoria que subsidia o pensar uma proposta pedagógica. Trata-se de um estudo que aborda a formação de professores, mas também abarca aspectos curriculares, de modo crítico e reflexivo.

O ensaio dissertativo, por sua vez, com o título “EJA – EPT: a pandemia COVID-19 e o agravamento da crise capitalista”, das autoras Shirley Bernardes Winter (UFSM) e Mariglei Severo Maraschin (UFSM), objetiva contextualizar a influência da pandemia no contexto da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA – EPT), na relação trabalho e educação, considerando o contexto de crise capitalista acentuada, neste momento em pandemia da COVID-19, quando ocorrem situações que desvelam a desigualdade social que nos cerca. O ensaio dissertativo percorreu obras de estudiosos da relação entre trabalho e educação, com resultados que evidenciaram uma acentuação das desigualdades sociais por conta da pandemia, sobretudo no que diz respeito aos que já eram desfavorecidos pelo sistema, como o público da EJA – EPT. As reflexões traçadas pelas autoras convergem com as ideias freirianas de crítica ao modelo (neo)liberal e sua repercussão na educação, problematizando o agravamento da crise capitalista como algo a ser considerado pelos docentes de EJA.

Na sequência, na seção de “Políticas Públicas”, apresentamos o artigo de revisão “A implementação e a expansão do PROEJA no Distrito Federal: uma revisão bibliográfica”, da autora Eliene do Carmo Santos Nunes (IFB), o qual tem por objetivo geral apresentar considerações sobre a implementação do PROEJA no Distrito Federal e a sua expansão com a institucionalização do Instituto Federal de Brasília (IFB). Consiste em uma pesquisa bibliográfica, com buscas na

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, bem como no Repositório Institucional da Universidade de Brasília. Para a seleção dos estudos, foi utilizada a estratégia de leitura dos resumos por “scanning”, e a síntese narrativa foi usada para descrição dos achados. A autora verificou, a partir dos textos pesquisados, o pioneirismo do Projeto PROEJA – Transarte no desenvolvimento de pesquisas contemplando a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional. Ao final, Nunes conclui que a complexidade e os inúmeros desafios políticos e pedagógicos que envolvem a oferta e a execução do Programa torna necessária a realização de mais pesquisas sobre a temática, visando a fomentar a construção de itinerários formativos que contemplem os objetivos e as finalidades do Programa e mitiguem a lógica da exclusão social e do silenciamento tão presentes na realidade dos educandos.

Na mesma seção, o artigo original “Retrato, memória e história: a transformação da vida após a EJA – EPT”, das autoras Karin Tyeko Anami (IFC) e Fátima Peres Zago de Oliveira (UFSC/IFC), apresenta uma narrativa que reflete os desafios e as dificuldades do retorno ao estudo de uma egressa da EJA – EPT do câmpus Rio do Sul, do Instituto Federal Catarinense (IFC), partindo da sua história, sua memória e retratos com diálogos e contribuições de Freire (1967), Giddens (2003) e Bourdieu (1993, 1996, 2016). A metodologia usada foi a qualitativa, mediante um texto narrativo, a partir de uma entrevista com uma aluna egressa do PROEJA/EJA – EPT – câmpus Rio do Sul, do ano de 2006. Elas concluem que tal modalidade de ensino exige políticas públicas bem distribuídas e um currículo diferenciado, pela pluralidade de identidades, a fim de se oportunizar a conclusão da educação básica em conjunto com uma qualificação e/ou formação profissional para todos e todas que não seguiram os estudos na linearidade, ou seja, para aqueles que desistiram ou não tiveram acesso à escola. A pesquisa revela uma entusiasmante e esperançosa narrativa sobre transformação social de uma educanda, algo que foi propiciado pela EJA – EPT.

Por fim, ainda na seção de “Políticas Públicas”, o relato de experiência intitulado “A EJA na pandemia: iniciativas de educação remota na escola pública e o fracasso da política neoliberal”, dos professores *dodiscentes* Jacqueline Vaccaro Teer (UFRGS), Jonas Tarcísio Reis (UNISINOS) e Jorge Luiz Ayres Gonzaga (Universidade La Salle) trata da educação remota para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e tem por objetivo discutir a sua oferta diante da pandemia do Coronavírus em Porto Alegre. Foram descritas as iniciativas adotadas para o ensino remoto, no período de um ano, em uma escola pública da rede municipal, e são comparadas com a proposta ofertada pela Secretaria Municipal de Educação. A metodologia utilizada é a análise dialética e a análise do discurso (VOLÔCHINOV, 2017) conforme a documentação orientadora da mantenedora, do contexto social em que a escola está inserida e das práticas pedagógicas realizadas pela escola dentro do contexto do neoliberalismo. A análise apontou haver um aprofundamento da política pública do neoliberalismo educacional e da desigualdade social em relação ao acesso à educação formal, ainda que os professores estivessem comprometidos e sobrecarregados pela demanda de trabalho. O texto, de caráter de denúncia, revela os seguintes problemas enfrentados pela comunidade escolar: escassez de recursos nas escolas públicas,

lacunas na universalização do acesso à educação remota, falta de investimento em inclusão digital por parte da gestão da rede e carência dos estudantes no que concerne aos meios (tecnológicos e financeiros) capazes de subsidiá-la. De modo geral, o principal empecilho ressaltado pelos pesquisadores é a falta de inclusão digital dos alunos de EJA (algo que já havíamos sinalizado na capa da edição passada desta revista – ano 10, número 17, 2021). Os três autores, ademais, salientam os inúmeros esforços feitos por eles (e colegas professores) para dirimir as dificuldades ocorridas neste tempo de educação remota, o que destaca a sua postura crítica de intervenção no mundo, tal como Freire (1996), em sua trajetória de destaque, sabiamente salientou ser primordial ao educador de EJA.

A partir desse leque de textos e do momento histórico de 100 anos do nascimento de Paulo Freire, esperamos que nossos leitores possam refletir sobre o contexto social e político em que vivemos, além de repensarem sua prática docente, a partir do legado imenso que Freire nos deixou, certamente, um legado que se constitui uma mola propulsora de transformação nos tempos de crise atuais. Afinal, como Freire (1994) já salientava: ensinar é uma forma de intervenção no mundo, tendo convicção de que a mudança é possível. Então, intervenhamos!

Desejamos a vocês, leitores-*dodiscentes*, profundas reflexões e a convicção de que a transformação é possível!

IVELÃ PEREIRA

Editora-chefe

Doutora em Linguística e professora em EJA-EPT (IFSC, câmpus Chapecó)

E-mail: ivela.pereira@ifsc.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7840-0678>

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 12.612, de 13 de abril de 2012.** Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

DANTAS JUNIOR, H. S. . Paulo Freire, mais do que nunca, incontornável e imprescindível. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021009, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8656976. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656976>. Acesso em: 30 out. 2021.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. RJ: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, P. Entrevista com Paulo Freire. [Entrevista concedida a] Nilcéa Lemos Palandré. **EJA em Debate**, Florianópolis, Ano 3, n. 4, p. 13-27, julho, 2014 [1993].